



Jornal da

ASEFAC

Distribuição Gratuita

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

“Viva a CEDAE pública!”

Foi com estas palavras que o novo governador do Estado, Sérgio Cabral, ainda candidato, encerrou seu discurso durante o abraço simbólico à CEDAE do qual participou, no último dia 25 de outubro, em frente à sede da Companhia, na rua Sacadura Cabral. Na área, já batizada pelos próprios trabalhadores de “Praça de Guerra”, por abrigar as principais manifestações de resistência à privatização da CEDAE, os empregados da Empresa ouviram, em alto e bom som, Sérgio Cabral se comprometer com a CEDAE pública e eficiente e com a retomada dos investimentos

PÁGINAS 4 A 7**Balanco de uma gestão dedicada à defesa intransigente da CEDAE pública****PÁGINAS 13 A 20**



**Associação
dos Empregados
de Nível
Universitário
da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral,
120, Sala 1004, Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2263-6240
Telefax: 2253-7482
E-mail:
aseac@veloxmail.com.br
Home Page:
www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Flávio Guedes

Diretor Vice Presidente

Pedro Evandro Ferreira

Diretor Administrativo

Jorge Haddad de Aquino

Diretor Financeiro

Maurício Abramant Guerbatin

Diretor de Comunicação

Maria de Fátima Guerbatin

Diretor Técnico

João Benedito Mello

Diretor Social

Marcio de Melo Rocha

Diretor Jurídico

Dylair Benigno dos Santos

Diretor Adjunto

Nelson Portugal

Conselho Diretor - 2004/2006

Repres. dos Advogados

Aloysio Gomes Feital Filho

Repres. dos Aposentados

Antonio Bastos de Oliveira

José Rômulo de Melo

Paulo C. S. Ripper Nogueira

Repres. dos Arquitetos

Tânia Mara Silva

Repres. dos Contadores

Sérgio Pereira

Repres. dos Economistas

João A. Vasco Rodrigues

Repres. dos Engenheiros

Adriano Gama Alves

Armando Costa Vieira Jr.

Carlos Henrique Pereira

José Roberto da C. Dantas

Mara R. K. K. S. Aló

Sérgio Vieira F. Martins

Repres. dos Geólogos

Paulo Roberto da Cruz

Repres. dos Químicos

Augusto César F. Gesteira

Conselheiros Natos

Antônio Ignácio da Silveira

Walnyr B. de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do R. Pinto

Renato Lima do E. Santo

Carlos Henrique Menezes

Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

Paulino Cabral da Silva

Conselho Fiscal

Jaime Dutra Noronha

Ricardo Afonso das N. Leitão

Sueli Kolling

Myriam Allemand D. Diniz

Rita de Cássia R. dos Santos

Jorge Rodrigues Leitão

Editado por

Planeja e Informa Produções Ltda.
(21) 2223-1197

planin@planinrio.com.br

Direção de arte: João Paulo Sampaio

ÉTICA E T

Eleitos com 70% dos votos, novos representantes dos trabalhadores vão fiscalizar de perto a gestão dos Planos de Saúde e de Previdência dos empregados da CEDAE

Finalmente a ética e a transparência deverão reinar, a partir de agora, na CAC Saúde e na PRECE – Previdência, com a eleição dos novos representantes dos trabalhadores na diretoria e nos Conselhos Fiscal e Deliberativo das duas instituições. Antiga reivindicação da categoria, as eleições confirmaram, por diferença expressiva (70% contra 30% da Chapa adversária), as propostas defendidas pela ASEAC e pelas demais entidades que formam o Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE, que há anos vêm exigindo uma gestão mais transparente e participativa nas duas entidades, de maneira a garantir a efetiva fiscalização dos interesses dos empregados da CEDAE em seus planos de saúde e previdência.

A escolha dos nomes apoiados pelo Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE foi bastante comemorada pelas entidades representativas dos empregados da CEDAE, que representam os associados das duas instituições, tendo

em vista que se tratam de antigos companheiros de luta, com passado de seriedade reconhecido pelos colegas da Companhia. "Os nomes dos companheiros eleitos pela Chapa 1 representam o consenso de todas as entidades que vêm lutando em defesa da CEDAE/CAC/PRECE, por isso merecem nossa confiança e apoio", disse o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, que se orgulha da contribuição da ASEAC, com a eleição de sua Diretora de Comunicação, Fátima Guerbatin, para o Conselho Deliberativo; e de seu Diretor Técnico, João Benedito Lorenzon, para o Conselho Fiscal.

Novos tempos

– Vamos dar uma guinada na CAC e na PRECE, especialmente agora, com a posse do novo governador Sérgio Cabral – comemorou o novo diretor de Assistência ao Empregado da CAC, Humberto Luiz Nunes de Lemos, durante o Ato Público realizado em frente à sede da empresa, com a presença do então candidato ao governo do Estado, no dia 25 de



TRANSPARÊNCIA

outubro. Humberto pediu aos associados da CAC um voto de confiança nos colegas eleitos, permanecendo no Plano de Saúde, "pois agora as coisas vão mudar", garantiu.

O diretor administrativo eleito para a PRECE, Paulo Henri Lopes dos Santos, conhecido como "Paulão", defendeu a total transparência na gestão do Fundo de Previdência, para que a PRECE não acabe enfrentando problemas semelhantes aos da CAC. "O mandato é dos trabalhadores, e vamos honrar isso", afirmou.

Por sua vez, o novo diretor técnico de desempenho da CAC, Luiz Vanderlei da Silva Dias, agradeceu a expressiva votação recebida pelos representantes da Chapa I e assegurou que tanto a ética quanto a transparência vão estar garantidas, "porque para nós é uma questão de princípios". Vanderlei reconheceu as dificuldades da PRECE e da CAC, mas deixou claro que os novos representantes vão enfrentar os problemas e buscar soluções juntos com os trabalhadores.

Falando em nome dos aposentados, o presidente da ASAPAE, Vicente Miles Arantes, que também passou a integrar o Conselho Fiscal da PRECE, foi mais radical: "Temos que nos conscientizar e acabar de vez com esse sentimento que a direção da companhia tenta nos inculcar de que a CAC e a PRECE não são nossas. Elas são nossas, sim. Esperamos que, agora, com o apoio do novo governador Sérgio Cabral, tenhamos novos horizontes para as duas instituições", afirmou Vicente Arantes.

REPRESENTANTES NA CAC

Cargo / Diretoria	Diretor titular	Suplentes
Dir. Téc. de Desempenho	Luiz Vandelei Dias	Manoel Gomes
Dir. Assist. ao Empregado	Humberto de Lemos	Almir Schuindt
Conselho Deliberativo		
Conselheiro	Roberto Silva	Luiz Carlos Dantas
Conselheiro	Jorge Luiz Santos	João Lorenzon
Conselheiro	Paulo César Quintanilha	Natanael C. de Farias
Conselho Fiscal		
Conselheiro	Luiz Augusto U. Povoá	Jorge Damião Amado
Conselheiro	Nilson Pereira Leite	Rogério Batista de Jesus
REPRESENTANTES NA PRECE		
Diretor Administrativo	Paulo Henri L. dos Santos	Walter José Pereira
Conselho Deliberativo		
Roquiran Miranda Lima, Maria de Fátima Santos Guerbatin e Cleonice Maia Albano		
Suplentes		
Antonio Carlos Gusmão, Giovani Caruso de Freitas e Carlos Ruy da Silva		
Conselho Fiscal		
Lino Lemos de Abreu e Vicente Miles Arantes		
Suplentes		
José Regis de Lima e Arildo César Nogueira de Castro		



ATO PÚBLICO

Aquele abraço na

Com um índice de presença jamais visto nas manifestações realizadas em frente à sede da CEDAE, área já batizada de “Praça de Guerra” dos trabalhadores e lideranças que lutam para preservar a companhia pública, cerca de cinco mil empregados se uniram ao atual governador eleito do Estado, Sérgio Cabral, num abraço simbólico ao prédio da administração, em defesa da empresa, no último dia 25 de outubro, quatro dias antes da confirmação, nas urnas, do senador no cargo de Chefe do Executivo.

A presença do novo governador ao Ato Público foi a resposta de Sérgio Cabral ao documento elaborado pelo Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE e assinado por ele uma semana antes, através do qual se comprometeu a preservar a Companhia como empresa pública estadual e a reorganizar a CAC e a PRECE. O então candidato a governador recebeu os integrantes do Movimento dias antes (18 de outubro), para firmar seu compromisso com as entidades presentes (STAECNON-RJ, SENGE, SINTA-ERJ, SINDEPPERJ, AFTAE, ASCED, ASEAC, ASAPAE, ASTEC, CSC, OP E FPN) de manter a CEDAE sob controle do Estado e, principalmente, investir na Companhia e promover a sua reorganização e moralização.

Ato público

Após o encontro com Sérgio Cabral, no qual ele deu seu “de acordo” por escrito no documento encaminhado pelas lideranças, os integrantes do Movimento decidiram realizar o Ato Público, para que o novo governador, já praticamente confirmado no cargo segundo as pesquisas de intenção de votos, manifestasse publicamente, diante dos trabalhadores, o compromisso de governo que havia assumido com os empregados da CEDAE.

Quando Sérgio Cabral chegou ao local do Ato Público, a área localizada em frente à administração da CEDAE já estava completamente tomada por

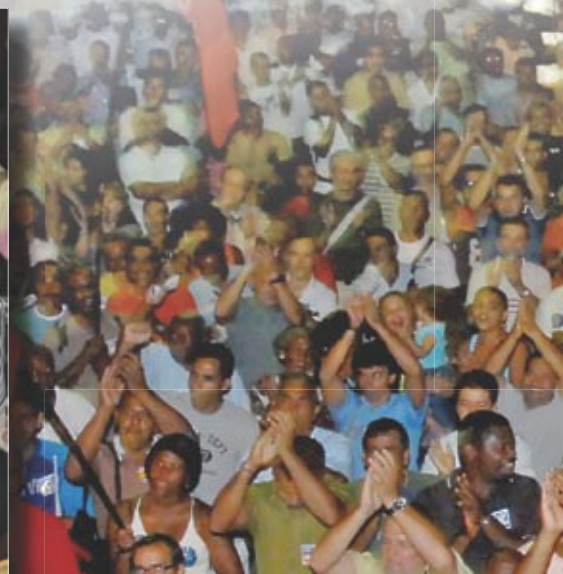


trabalhadores, parlamentares, lideranças sindicais e das entidade de classe, que se revezavam em declarações de protesto contra a atual administração e em defesa da CEDAE pública, da CAC e da PRECE. Ônibus vindos de Itaboraí, São Gonçalo, Porciúncula, Itaocara, Santo Antônio da Pádua, Campos, São João da Barra, Maricá, Caxias e dezenas de outras cidades, onde a Companhia mantém unidades de atendimento à população, trouxeram milhares de empregados da CEDAE, mobilizados numa demonstração da força e da unidade que mantiveram a empresa pública até hoje, aliás a única do Estado que conseguiu resistir à pressão privatista dos últimos 10 anos. “Vamos redescobrir a CEDAE pública, estadual e eficiente, com Sérgio Cabral”, dizia uma das faixas ostentadas pelos trabalhadores e assinada pelos empregados lotados na ETA Guandu.

O presidente da ASEAC, Flávio

Guedes, uma das organizadoras do Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE e da manifestação, subiu ao carro de som para agradecer a presença maciça dos trabalhadores: “É importante que todos tenham em mente que a CEDAE, a CAC e a PRECE são extremamente viáveis. Por isso, temos de defendê-las, pois a sua destruição não fará mal apenas aos cedaeanos”, alertou. Em seguida, lembrou que a CEDAE só conseguiu resistir à privatização e à cisão graças à luta dos trabalhadores. “Agora, temos uma nova missão, que vamos vencer com a ajuda de Sérgio Cabral, que já se comprometeu com a CEDAE pública”, disse. E reafirmou que o argumento de quem tenta vender a empresa é falso e não respeita a missão social da empresa: “O que os privatistas chamam de perdas, nós chamamos de lucro social”, afirmou Flávio Guedes.

Fotos de Alexandre Loureiro



CEDAE

Manifestação reúne empregados da Companhia e o novo governador do Estado num Ato Público que marca o compromisso de Sérgio Cabral com a CEDAE pública e eficiente



O atual governador chegou ao local da manifestação às 18:40h. Além das lideranças e dos trabalhadores, já se encontravam presentes os deputados Edson Santos (eleito), Solange Almeida, Valnei Rocha, Edmilson Valentim, Sérgio Soares, Gilberto Palmares e Benedita da Silva.

Sérgio Cabral foi curto e objetivo (ver íntegra do discurso). Depois de defender um pacto político com as lideranças dos trabalhadores, se comprometeu a trabalhar junto com eles para que a CEDAE se transforme, já no ano que vem, numa empresa tão ou mais eficiente do que a Sabesp (de São Paulo), a Copasa (de Minas Gerais) e a Cesan (Espírito Santo). Após o discurso, se dirigiu à porta principal do prédio da CEDAE, na rua Sacadura Cabral, onde simbolizou o abraço à empresa em defesa de sua preservação pública junto com os trabalhadores.

Depois de defender um pacto político com as lideranças dos trabalhadores, Sérgio Cabral se comprometeu a trabalhar junto com eles para transformar a CEDAE



ÉTICA E compromisso



Trabalhadores e trabalhadoras, companheiros trabalhadores da CEDAE, parlamentares aqui presentes. Acredito que hoje, dia 25 de outubro, vai se transformar num dia histórico, oferecido pelas lideranças sindicais, junto com as lideranças dos trabalhadores, com os parlamentares, baseados na nossa trajetória e nos nossos compromissos com a CEDAE.

Nós resolvemos na semana passada que aquele ato que, em si, já era um ato importante, que marcava uma nova relação do governador eleito com a CEDAE, precisava ser traduzido num ato de massa, num ato em praça pública, num ato da rua. Por isso, hoje, nós estamos fazendo um Ato em Defesa da CEDAE, da empresa pública que eu tive o orgulho, junto com os companheiros parlamentares, em 1998, de não permitir que fosse vendida, ao final de um governo, de uma forma que não era tolerável pela sociedade do Estado do Rio de Janeiro. Sobretudo pelos trabalhadores da CEDAE, que se mobilizaram, se articularam e não aceitaram aquela manobra.

Tenho muito orgulho de ter participado, de ter sido protagonista daquela luta política tão importante. Já se passaram oito anos e nós estamos aqui, neste palanque, numa outra circunstância. Eu não sou mais presidente da Assembléia Legislativa, a CEDAE não foi vendida,

mas nós temos um desafio que, cá entre nós, com a dedicação, a participação dos companheiros na gestão da empresa de maneira transparente – uma gestão onde os trabalhadores se sintam participando dela – duvido que daqui a um ano, ao final de 2007, a CEDAE já não seja uma empresa tão ou mais eficiente do que a Sabesp, do que a Copasa, do que a Companhia do Espírito Santo. Aqueles trabalhadores com mestrado e doutorado se unem nesta rua hoje, em defesa do mesmo movimento, de uma empresa pública que preste serviços de qualidade ao povo do nosso Estado.

Eu sei, companheiras e companheiros, o que é pertencer a uma corporação que vocês, mais do que ninguém, sabem do potencial, da sua história, dos serviços que podem ser prestados. Eu vivi isso de uma outra forma, numa instituição, claro, com outro papel, mas que, de certa maneira, tem um sentimento muito parecido: a Assembléia Legislativa. Lá tivemos um momento muito angustiante. Quando reassumi a presidência da Assembléia, nós sabíamos que aquela casa podia servir a população, e nós a transformamos. O povo reconheceu. Por isso, a importância de uma empresa como a CEDAE e deste Ato – e eu falo isso com a maior sinceridade e faço questão de chamar atenção para este Ato, porque não se trata de uma ação eleitoral. Esse é um Ato de Compromisso, de quem pretende ser governador com os trabalhadores

" Este é um Ato de Compromisso, de quem pretende ser governador com os trabalhadores da CEDAE.

De trabalharmos de mãos dadas, de maneira transparente e limpa. A única política que entra na CEDAE a partir de janeiro é a política do governador e dos trabalhadores da CEDAE"



Fotos de Alexandre Loureiro

da CEDAE. De trabalharmos de mãos dadas, de maneira transparente e limpa. A única política que entra na CEDAE a partir de janeiro é a política do governador e dos trabalhadores da CEDAE.

Vamos estar de mãos dadas com o presidente Lula, que demonstrou para mim, daquela maneira verdadeira e transparente de ser, uma enorme vontade, um enorme desejo de ter um governador parceiro no Rio de Janeiro, para fazer casa popular, para ampliar o Bolsa Família, para fazer saneamento, para ser parceiro da CEDAE e ampliar os serviços da Companhia em todo o Estado do Rio de Janeiro. Falou isso para mim de coração. E nós temos o Rio de Janeiro demonstrando, neste segundo turno, uma união no campo progressista que é conhecida. Por isso é que a empresa pergunta: como vocês conseguiram isso, como se deu isso em tão poucos dias? É simples: aqui a turma toda se conhece, aqui nós temos confiança recíproca, aqui se sabe que o que se discursa aqui, lá na frente se pratica de verdade. Não tem demagogia, não tem mentira, não tem enganação com o povo. Foi assim que o povo do Rio de Janeiro me levou ao Senado com 4,2 milhões de votos. Por isso, meu único compromisso é com o povo do meu Estado. Meu único compromisso é fazer um serviço de qualidade para a nossa população. E para fazer um serviço público de qualidade, só há um caminho: prestigiar os trabalhadores do setor público do nosso Estado. Não há outro caminho. Chega de terceirização, chega de exagero, chega de desrespeito. Vamos prestigiar as carreiras dos trabalhadores que se dedicam, vamos prestigiar aqueles que têm vocação pública. Chega de descompromisso com o serviço público. É hora de mudança, de um novo governo, de um governo que vai trabalhar de mãos dadas com o servidor público, de mãos dadas com o campo progressivo. Um governo que vai se preocupar permanentemente com o melhor para a nossa população. E quem quer o melhor sabe que tem

que prestigiar os profissionais da saúde, da educação, da segurança pública e os profissionais de saneamento – da água, do esgoto, da CEDAE – dessa grande empresa pública.

Um abraço, e até a vitória. E se acostumem com a minha presença, companheiros, que eu estarei permanentemente com vocês. Se acostumem que o governador estará permanentemente dialogando com os trabalhadores da CEDAE.

Viva a CEDAE pública!!!”

"Vamos estar de mãos dadas com o presidente Lula, que quer ter um governador parceiro no Rio, para fazer saneamento e ampliar os serviços da CEDAE em todo o Estado"



REORGANIZAÇÃO DA CEDAE

CHOQUE D

Documento entregue a Sérgio Cabral defende total transparência na Empresa

Assinado por todas as entidades de classe e sindicais que compõem o Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE, o documento entregue ao governador eleito Sérgio Cabral e referendado por ele (integra no site www.aseac.com.br), propõe um choque de gestão na CEDAE, já a partir do ano que vem, de maneira a torná-la transparente aos empregados e, sobretudo, à população, evidenciando as suas qualidades, sem esconder suas dificuldades e/ou defeitos.

O trabalho traça um panorama geral do saneamento no Estado do Rio de Janeiro e em especial da Companhia, no que se refere aos aspectos institucionais, administrativos, econômicos, financeiros e operacionais, com vistas a permitir a elaboração de um plano de ação, que se iniciará no ano de 2007 com a posse do novo governo do Estado. Busca, também, traçar as principais diretrizes de curto, médio e longo prazo, que visem a resgatar a CEDAE, para as suas reais

funções sanitárias, sociais, econômicas e ambientais.

Contudo, a Empresa se vê hoje “mergulhada em uma grave crise institucional e financeira, que já vem se arrastando há alguns anos e que tem provocado a sua desestruturação, a deterioração progressiva de seu quadro funcional, um forte endividamento e uma má performance, tanto operacional como comercial”. O Estado do Rio de Janeiro é constituído por 92 municípios, dos quais 64 são operados pela CEDAE, 17 são operados diretamente pelos municípios e 11 por empresas privadas.

O estudo ressalta, no entanto, que este quadro é perfeitamente reversível, “face ao enorme potencial de que dispõe a CEDAE, tanto no que se refere às questões econômico-financeiras, quanto à capacidade técnica de seu pessoal e sua grande capacidade operacional instalada”.

Histórico

A CEDAE conta atualmente com um contingente de, aproximadamente, 7.000 empregados, uma receita operacional da

Ainda candidato, o governador Sérgio Cabral fez questão de assinar o documento elaborado pelo Movimento em Defesa da CEDAE, dando o seu "de acordo" às propostas das entidades



Fotos de arquivo



E GESTÃO

ordem de 1,5 bilhão por ano e um volume de água tratada produzida da ordem de 60 m³/s. Mas Apesar desse potencial, possui um modelo organizacional ultrapassado. De acordo com os técnicos, “na maioria das vezes em que se tentou modificá-lo, se fez de forma equivocada privilegiando o “personograma” como principal diretriz, reproduzindo o mesmo modelo anacrônico e atrasado”.

A empresa, de acordo com a análise, vem sendo vítima de equívocos que se repetem a cada governo, pois na medida em que é loteada politicamente perde completamente a visão sistêmica de sua gestão e seus compromissos institucionais. Outro ponto de grande dificuldade, segundo os técnicos, está ligado ao seu fluxo financeiro: “A CEDAE perdeu o seu poder de negociar preços e formas de pagamentos com os seus credores e, de um modo geral, os pagamentos têm sido realizados com a interferência de agentes externos à Empresa, tendo como principal consequência à majoração significativa do preço final do bem ou serviço contratado, além do seu alto custo financeiro, contribuindo de forma decisiva para o desmonte da

Companhia e o desgaste da sua imagem perante a população”.

Com relação à área operacional, o estudo ressalta o elevado índice de perdas, da ordem de 40%, da água produzida pela Empresa. Essas perdas se verificam em sua maioria nos vazamentos, desperdícios e, principalmente, nas ligações clandestinas, tendo como consequência grande baixa no faturamento, “o que se agrava ao constatarmos que a arrecadação sofre uma evasão média da ordem de 35% ao mês, fruto de uma política comercial ultrapassada”. No que se refere às favelas, loteamentos irregulares e clandestinos e demais comunidades de baixa renda, a não arrecadação nessas áreas é creditada à contribuição social da empresa pública e sua relação direta com a melhoria da saúde preventiva dessa população e a consequente desoneração do Estado na área de saúde pública corretiva.

Não obstante o reconhecimento da maioria dos profissionais da empresa de que o quadro acima descrito precisa ser enfrentado urgentemente, as prioridades continuam sendo para as grandes obras, em detrimento dos investimentos



REORGANIZAÇÃO DA CEDAE

Fotos de Alexandre Loureiro / Arquivo

no efetivo controle e desenvolvimento operacional, macro e micro medição, setorização do abastecimento e recuperação de unidades operacionais, controle de perdas, dentre outras.

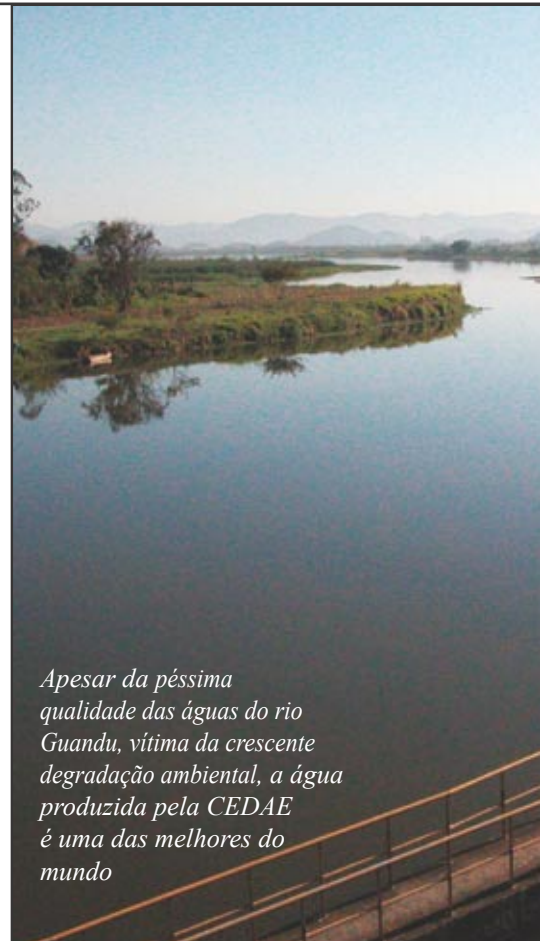
Terceirização

“Consequência direta da falta de vontade política em resolver de forma eficaz os problemas da Companhia, a terceirização vem ocupando cada vez mais espaço”, critica também o estudo. Além da excessiva utilização de equipamentos alugados, “a alta rotatividade entre os trabalhadores terceirizados impede que se crie uma nova geração de empregados com compromissos com a empresa e que tenham participado de programas de treinamento e capacitação suficientes para atender com qualidade as demandas da população”, afirma o trabalho.

Para os empregados contratados, faltam incentivos básicos como a tão esperada efetivação da revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), capaz de corrigir as centenas de desvios de função, geradores de cerca de 7.000 ações trabalhistas. Além disso, a contratação de extraquadros, acentuada pelo governo atual, “visa a favorecer a política de clientelismo, para ocupação dos chamados cargos de confiança, o que também é questionável, pois tira a oportunidade dos empregados da empresa de ocuparem cargos de gerência e de crescerem na carreira”.

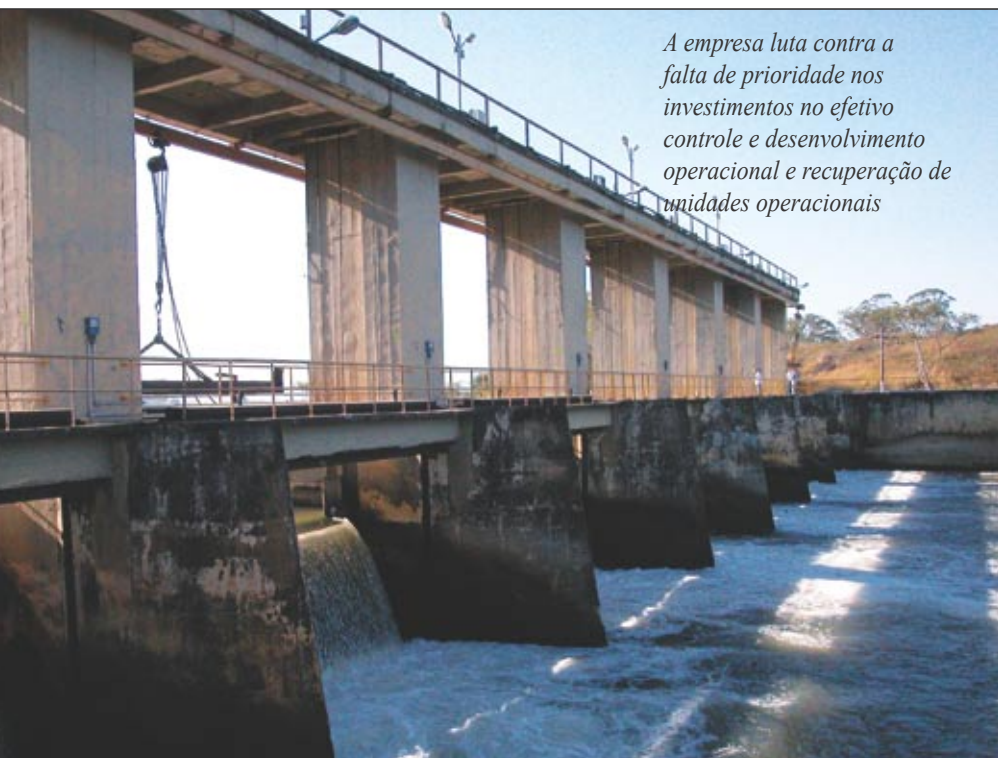
“Alvo de constantes tentativas de privatização durante os últimos anos, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) agoniza”, diz o documento. Dessa forma, apesar de a empresa possuir um quadro técnico dos mais competentes, os empregados da CEDAE encontram-se com a sua auto-estima bastante combalida, face, principalmente, à presença permanente do “fantasma” da privatização, que vem sendo alicerçada por um quadro de abandono e sucateamento permanente, contribuindo para um agravamento na qualidade da prestação dos serviços e, desta forma, diminuindo a reação da opinião pública às políticas de privatização.

Por essas razões, os técnicos apontam como fundamental a busca de um caminho alternativo que passe pela recuperação da Empresa, sobretudo no que concerne à melhoria da qualidade na prestação dos serviços à população do nosso Estado. Lembrem que até o início da década de 90, a CEDAE ainda ocupava o lugar de empresa pública de excelência e maior lucratividade do país. “Desses áureos tempos, além do quadro de empregados, reduzido de 12 mil para pouco mais de sete mil, restam a boa qualidade da água, que atende aos padrões de potabilidade da Organização Mundial de Saúde (OMS), e o cumprimento de sua função social, ou seja, hoje cerca de 95% das residências da área urbana do Estado do Rio de Janeiro, onde



Apesar da péssima qualidade das águas do rio Guandu, vítima da crescente degradação ambiental, a água produzida pela CEDAE é uma das melhores do mundo

a CEDAE atua, são atendidas com água potável, em que pese a péssima qualidade das águas do rio Guandu, vítima da crescente degradação ambiental da bacia do rio Paraíba do Sul”, afirma o estudo entregue a Sérgio Cabral.



A empresa luta contra a falta de prioridade nos investimentos no efetivo controle e desenvolvimento operacional e recuperação de unidades operacionais

PRECE e CAC

O trabalho analisa também a situação dos órgãos de saúde e de previdência dos empregados. “A Fundação de previdência privada – PRECE – foi parar nas páginas policiais por malversação dos recursos por parte dos gestores nomeados e respaldados pelo atual governo e apresenta um déficit técnico da ordem de 460 milhões de reais. A Caixa de Assistência Médica da CEDAE–CAC, que desde a sua implantação era uma empresa de excelência na área de saúde, a partir deste governo foi completamente desmontada, sucateada e desmoralizada, não resistindo a nenhuma auditoria séria, pois mesmo após sucessivos e escorchantes aumentos da tarifa cobrada dos empregados, continua sem honrar os pagamentos para com a rede credenciada, gerando uma significativa baixa na qualidade e na oferta de serviços médicos aos empregados da CEDAE e seus familiares”, denunciam,




solicitando ao novo governo soluções para estes problemas.

Planejamento

“A falta de um planejamento efetivo acompanha a vida da Companhia há 21 anos”, aponta o trabalho. O Plano Diretor de Esgoto Sanitário iniciado ainda na década 70 nunca foi concluído. E o último Plano Diretor de Água, que deveria ser atualizado anualmente, ainda é de meados dos anos 80 e tem sido constantemente desrespeitado.

A visão neoliberal de Estado mínimo colocou a empresa numa posição bastante delicada: a falta de planejamento técnico, financeiro e administrativo gerou graves problemas. Um deles é a cultura nociva que inibe a participação das prefeituras na fiscalização da empresa. Outro exemplo ruim apontado no

estudo é a situação da Prefeitura de Niterói, que privatizou os serviços de água e esgotos no município e nos primeiros 18 meses de gestão privada não pagou a água fornecida pela CEDAE. “Hoje a empresa privada Aguas de Niterói paga somente R\$ 0,23 o metro cúbico de água tratada, enquanto estudos realizados por técnicos da CEDAE apontam o valor de R\$ 0,72 por metro cúbico de custos com a captação e tratamento dessa água. A diferença, é lógico, quem paga é a população de todo o Estado, com reflexo direto na tarifa. O benefício do fornecimento subsidiado de água tratada ficou para a empresa privada, não sendo estendido à população de Niterói, que, seguindo a regra geral das privatizações, teve a sua tarifa aumentada sem a consequente melhoria da qualidade dos serviços”, afirma. 

A visão neoliberal de Estado mínimo colocou a empresa numa posição bastante delicada: a falta de planejamento técnico, financeiro e administrativo gerou graves problemas. Um deles é a cultura nociva que inibe a participação das prefeituras na fiscalização


Programas em andamento

- Programa de Despoluição da Baía de Guanabara - PDBG: Iniciado no ano de 1992, o PDBG é o maior programa em andamento no Estado. Contudo, permaneceu dentro da lógica de prioridades que procurava privilegiar as grandes obras centralizadas, gerando expectativa e causando frustrações à população, na medida em que foram construídas 04 Estações de Tratamento de Esgotos, sem que houvesse implantação de redes coletoras e troncos que garantissem o afastamento dos esgotos da porta dos usuários e eliminassem a destinação da carga poluidora dos rios e consequentemente da Baía de Guanabara.

- Na área de água, foram construídos 08 reservatórios na região da Baixada Fluminense, que ficaram quase 10 anos sem atividade, e que atualmente se encontram em operação parcial, em face aos problemas referentes à adução e as redes de distribuição.

Programas em andamento – Situação atual

- O que podemos constatar é que por mais paradoxal que seja, o programa continua atendendo aos grandes empresários e desagradando a população.

- Programa de esgotamento sanitário da Barra da Tijuca e Jacarepaguá: Este programa se encontra muito atrasado, principalmente no que se refere à implantação dos troncos e das redes coletoras, não obstante a constatação da etapa de conclusão das obras referentes ao emissário submarino e da estação de tratamento de esgotos. 



REORGANIZAÇÃO DA CEDAE


Um resumo das propostas

ENTRE AS PROPOSTAS ENCAMINHADAS AO NOVO GOVERNADOR, DESTACAM-SE AS SEGUINTE:

- Celebrar com o governo federal Acordo de Cooperação Técnica com vistas à revitalização da Cedae;
- Renovar os contratos de concessão com os municípios, reforçando os canais de reciprocidade na busca da universalização dos serviços;
- Criação do Conselho Estadual das Cidades com seus respectivos Comitês Técnicos, inclusive e com ênfase para o de Saneamento e estimulação da criação dos Conselhos municipais e/ou regionais das Cidades seguindo o mesmo modelo;
- Descentralização, entendida como regionalização organizacional, objetivando distribuição de competências, responsabilidades, agilização burocrática e administrativa, racionalização de custos e interface com a comunidade, acompanhado de mecanismos de controle rotineiros e sistemáticos;
- Integração setorial, maximizando os impactos positivos das intervenções, através da ação conjunta e coordenada dos setores de saneamento ambiental, saúde, meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano;
- Reorganização da CAC e da PRECE com a nomeação de Diretorias tecnicamente preparadas e voltadas para o resgate das duas entidades, a CAC como empresa de excelência na prestação de serviços de saúde e a PRECE na área de previdência complementar;
- Realização de grandes investimentos em construção de novos sistemas e ampliações dos já existentes, exclusivamente, com recursos financiados cuja dívida tenha perfil alongado, compatível com o horizonte de cada projeto, para não penalizar, indevidamente, os usuários atuais;
- Implementação de mecanismos institucionais de curto prazo, que possibilitem atingir o equilíbrio econômico-financeiro, de forma a garantir a cobertura das despesas de custeio, a realização de pequenos investimentos e o pagamento do serviço da dívida das obras vultuosas, evitando, com isto, que se aporte recursos para o saneamento que poderiam se aplicados em outros setores do Governo do Estado;
- Investimentos com tecnologias apropriadas que possibilitem geração de empregos em larga escala;
- Reformulação organizacional da CEDAE, visando a sua descentralização, através de uma política que priorize o saneamento ambiental como ação de saúde pública, respeitando-se as especificidades de cada área e, sobretudo o poder municipal;
- Definição de uma política comercial e tarifária para o Estado, diferenciada e consoante a cada região.
- Desenvolvimento, em curtíssimo prazo, de um programa integrado de saneamento, habitação e regularização fundiária para favelas e loteamentos irregulares e/ou clandestinos em conjunto com os demais órgãos do Estado.

Os técnicos propõem medidas que levem a CEDAE a operar nos padrões de produtividade operacional iguais ou superiores aos das empresas líderes



- Promoção do controle de perdas através do desenvolvimento operacional, de um amplo programa de macro e micro medição, recuperação de unidades operacionais, setorização do abastecimento de água, recadastramento dos usuários dentre outros.
- Reavaliação de todos os programas em andamento, compatibilizando-os com as novas diretrizes governamentais, principalmente o Programa de Despoluição da baía de Guanabara – PDBG - e o Programa de Esgotamento Sanitário da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.
- Implementação do programa de despoluição da baía de Sepetiba. 



DIRETORIA PRESTA CONTAS

Fotos de Alexandre Loureiro / Arquivo

GESTÃO DECISIVA EM DEFESA DA CEDAE

O compromisso de manter a CEDAE pública, assumido pelo novo governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, quando já estava praticamente eleito para o cargo, coroou os dois anos da atual administração da ASEAC, que dedicou toda a sua gestão à defesa da Companhia e de seus empregados.

Agora, a entidade se prepara para um novo pleito em dezembro próximo, num momento em que a CEDAE vive a perspectiva de um novo horizonte, que pode redundar na sua reorganização definitiva e no resgate de sua função social maior.

Pautada em uma postura intransigente contra a privatização da empresa e na defesa da CAC e da PRECE, a

atual diretoria da ASEAC encerra esta gestão comemorando vitórias. O esforço agora é no sentido de reverter a situação do plano de saúde e do órgão de previdência dos trabalhadores da Companhia que, infelizmente, apesar das sucessivas denúncias e advertências, acabaram envolvidos em desmandos e prejuízos para as instituições e seus associados.

Aliás, a crise na qual a CEDAE

A gestão da diretoria da ASEAC foi marcada por uma postura intransigente contra a privatização da CEDAE e em defesa da CAC/PRECE


acabou mergulhando na atual administração hoje não surpreende ninguém. Muito menos a direção da ASEAC, que desde o início vinha alertando para esse risco anunciado, que podia ser facilmente percebidos nos sucessivos percalços que envolveram a empresa, inclusive expondo e comprometendo sua imagem junto à opinião pública, através da mídia. A PRECE, por exemplo, acabou protagonizando as denúncias da CPMI dos Correios, em Brasília, durante as investigações sobre desvio de recursos dos principais planos de previdência privada.

Além da situação da CAC, também alvo de denúncias e protestos da direção da ASEAC, e cuja gestão foi terceirizada, com prejuízos à empresa e à saúde dos empregados da compa-



PRESTANDO CONTAS

nhia, de seus familiares e dependentes, o caso da dívida com a Light não paga pela CEDAE, denunciado no segundo semestre de 2004, já apontava de forma clara o que viria. “Tudo era parte de uma ação articulada com o nítido propósito de atingir a credibilidade da empresa e facilitar sua privatização”, afirmava na ocasião o presidente da ASEAC, Flávio Guedes. Logo em seguida foi a vez da PRECE ser envolvida num escândalo sem precedentes, para o qual a direção da ASEAC já vinha alertando os associados e empregados da CEDAE, exigindo transparência e participação efetiva dos trabalhadores na gestão do fundo de previdência.

Na reversão da tentativa de cisão da empresa, o papel de vanguarda da ASEAC também foi fundamental, mobilizando os técnicos e trabalhadores junto com as demais entidades, para denunciar a manobra contra os empregados e a sociedade em geral. Hoje, graças a esse esforço coletivo e da força adquirida através do Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE, a companhia se prepara para entrar numa nova fase, apoiada pelo atual governador eleito, mas que vai exigir a consciência de todos os trabalhadores em torno da necessidade de reconstruir a empresa rumo à modernidade e eficiência. 

A ASEAC teve papel de vanguarda na reversão da tentativa de cisão da empresa, mobilizando os trabalhadores junto com as demais entidades e denunciando a manobra contra os empregados e a sociedade em geral

Balanço de conquistas mostra ação determinada da ASEAC

Saúde da CAC PREOCUPA

Fotos de Alexandre Loureiro / Arquivo

O título desta reportagem, publicada na edição de julho/agosto de 2004 do jornal da ASEAC, faz justiça à história de luta da atual direção da entidade na defesa do Plano de Saúde dos trabalhadores. Na ocasião, a ASEAC chegou a enviar à diretoria da CAC Saúde um elenco de 17 questões sobre a decisão de terceirizar a gestão do plano de saúde, cuja administração das chamadas “operações de grande risco” (cirurgias e outras intervenções pré-agendadas) foi entregue à Sulamérica, sem uma ampla discussão com os associados.

Respalhada por uma Assembléia Geral (AGE), para discutir propostas destinadas a defender o patrimônio dos associados, a ASEAC cobrava da CAC os motivos que levaram a direção do plano de saúde a adotar tal medida, que representava a transferência de cerca de R\$ 4,5 milhões/mês para a administradora privada, que poderiam perfeitamente ser geridos pela CAC Saúde.



Muitos associados da CAC ficaram sem atendimento, pois, apesar dos aumentos das mensalidades, a rede credenciada de hospitais alegava falta de pagamento



Na ocasião, o diretor administrativo da ASEAC, Jorge Haddad, fez um estudo sobre o assunto, que não encontrava justificativa legal e nem coerência na decisão. A própria legislação determina que a terceirização em planos de auto-gestão só pode ser feita mediante convênios de reciprocidade ou em regiões com dificuldades de contratações. “E a CAC não se enquadrava – e nem se enquadrava – em nenhuma dessas situações”, garantia.

Quando explodiu a crise na CAC, uma auditoria foi contratada para levantar o passivo do plano de saúde, que era de R\$ 22 milhões

Além disso, os empregados reclamavam ainda do aumento nas mensalidades da CAC, ocorridos paralelamente ao processo de terceirização, cujos critérios não foram explicados e muito menos discutidos. Outra preocupação era a falta de transparência na gestão, já que, há cerca de três anos, a CAC Saúde não divulgava seus balanços. Quando a crise foi deflagrada, uma auditoria contábil chegou a ser contratada para levantar o passivo do plano de saúde, que chegava a R\$ 22 milhões.

PRECE o caos. anunciado



A delicada situação da Prece também foi uma das questões que mais mobilizaram a atual direção da ASEAC, além da perene ameaça de privatização da companhia. Já em setembro/outubro de 2004, a direção da ASEAC cobrava mais transparência da direção do fundo de previdência, entendendo que era necessário acompanhar de perto a gestão do plano.

A luta pela transparência na gestão da PRECE e da CAC mobilizou a direção da ASEAC, que já antevia a crise que mais tarde viria a se confirmar

na gestão do fundo de previdência e questionavam algumas opções de investimentos feitos pela instituição, tais como a compra de imóveis com valor de mercado duvidoso.

Junto com as demais entidades de classe e alguns sindicatos, a ASEAC criou um grupo destinado a acompanhar e fiscalizar as atividades e os investimentos da PRECE – Previdência da CEDAE – uma decisão que já antevia o trágico futuro da PRECE. A decisão foi tomada depois que começaram a circular denúncias de irregularidades nas aplicações dos recursos do Fundo de Previdência dos empregados da Companhia, a exemplo do que ocorrera em passado recente com a Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC Saúde).

Diante dessa conclusão, a comissão solicitou explicações à direção da PRECE e, em face do silêncio encontrado, formalizou uma queixa junto à Secretaria de Previdência Complementar (SPC), para que o órgão obrigasse os gestores do fundo a prestarem informações aos assistidos da PRECE. A ASEAC e as demais entidades exigiam

E passou a se reunir com as diversas entidades, entre as quais o STAECNON-RJ, SENGE, SINTAERJ, AFTAE, ASCED, ASAPAE e ASTEC. Todas eram unânimes em reclamar da falta de transparência



Flávio Guedes: defesa ferrenha das eleições dos representantes dos empregados na CAC/ PRECE



Liderados pelo Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE, empregados da Companhia se mobilizaram nas ruas para lutar pela preservação da CEDAE e por seus planos de saúde e de previdência

também uma participação mais efetiva na gestão do fundo de previdência e que o seu direito de representatividade na administração do fundo fosse respeitado. Na verdade, os beneficiários do plano sentiam-se inseguros com os adiamentos sistemáticos das eleições dos representantes dos trabalhadores nos conselhos Fiscal e Deliberativo.

Novas denúncias

Logo em seguida, depois que o deputado José Nader subiu à tribuna da ALERJ para fazer denúncias contra a administração da CEDAE/CAC/PRECE, a direção da ASEAC chegou a propor a criação da Associação dos Participantes da PRECE/CAC (APP), baseada no modelo da Associação dos Participantes da Light (APB), para defender e acompanhar de perto a gestão da CAC e da PRECE. Isto porque, a situação da CAC já era extremamente delicada e a da Plano de Previdência dava sinais de que iria tomar o mesmo rumo.

Surpreendentemente, a resposta da direção da CEDAE foi tentar atribuir à ASEAC a responsabilidade pela “enxurrada” de denúncias que vinha sendo divulgadas, através da Internet,

por um autor anônimo, que se autointitulava “o desesperado da CEDAE”. Se não bastasse, a direção da PRECE também acabou envolvendo o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, e o Vice, Pedro Evandro Ferreira, num inquérito policial que tentava apurar o autor das denúncias anônimas, aberto na 37ª Delegacia Policial (Ilha do Governador) pela PRECE. Ambos foram intimados, como representantes da ASEAC, a prestar depoimento também nesse processo, depois que o órgão de previdência dos trabalhadores da CEDAE também foi envolvido na série de denúncias, juntamente com a CAC e a própria direção da CEDAE.

O Presidente da ASEAC também acabou envolvido em outro processo, movido pela direção da CEDAE, no qual era indagado sobre sua relação com o “desesperado” e intimado a dar explicações sobre o teor das denúncias, numa clara insinuação de que ele próprio seria o tal “desesperado”. Mais estranho é que Flávio Guedes foi intimado a responder, na qualidade de representante legal da ASEAC, por um email enviado à entidade em uma época anterior à sua posse como dirigente eleito da entidade.

SUCESSO!!!

É o que traduz o ato “Abraço na CEDAE”, no último dia 25 de outubro, em frente à sede da Sacadura Cabral.

O compromisso (de viva voz) do futuro governador veio presentear o cedaeano com a certeza de não privatizar e, principalmente, investir na recuperação da Empresa e de suas patrocinadas – PRECE e CAC.

A ASEAC em todo este processo tem tido papel fundamental, tanto na unificação das entidades sindicais, frentes e forças políticas que se indignaram com a atual administração da CEDAE, quanto na articulação política com aliados de vários partidos, que se dispuseram a defender a Empresa num patamar onde nossos técnicos, embora competentes, não transitam e se tornam impotentes.

Agora, chegamos ao fim do biênio 2004/2006. Certos de que nossos representantes eleitos para a CAC e PRECE irão corresponder à expectativa de todos aqueles que confiaram seu voto na mudança desta situação caótica.

A atual Diretoria da ASEAC tentou a composição de uma chapa única, para que não houvesse disputa nesta Associação, visando, não só no nome, mas na filosofia, uma ASEAC realmente unida! Diante da negativa da chapa de oposição, a atual Diretoria lançou a sua chapa: “A Defesa Continua”, que mantém como filosofia a perpetuação da CEDAE pública e a aposentadoria de seus empregados com saúde.

A luta incansável da ASEAC e seus aliados, denominados “Grupo dos 13” – SENGE-RJ, STAECON, SINTAERJ, SINDPPERJ, ASTEC, ASAPAE, ASCED e AFTAE, com apoio das frentes e forças políticas integradas por empregados da “Casa” (CSC, OP e FPN), mostrou que quando os cedaeanos estão unidos, não há fantasmas que os assustem.

Passadas as eleições oficiais e indicado Wagner Victor futuro presidente da CEDAE, com o compromisso verbalizado pelo novo governador de preservar a CEDAE pública, as propostas do Movimento em Defesa da CEDAE, PRECE e CAC, renovamos as esperanças de um próximo ano próspero, com muito trabalho e saúde, para que o trabalhador da CEDAE consiga usufruir sua aposentadoria com tranquilidade.

Só nos resta agradecer a DEUS, à compreensão de nossos familiares e a todos vocês que nos motivaram e ajudaram a chegar até aqui.

“A DEFESA CONTINUA”

A Diretoria

Fotos Alexandre Loureiro



CPMI traz à tona a lama

"O rar e vigiar" – estas eram as palavras de ordem das entidades que formaram o Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE, contra a falta de transparência na gestão do Plano de saúde e do fundo de previdência e os sucessivos adiamentos na eleição dos representantes dos trabalhadores nos Conselhos Fiscal e Deliberativo da entidade.

E as prováveis razões disso não tardariam a aparecer, junto com o mar de lama denunciado pela CPMI dos Correios: as possíveis fraudes envolvendo desvio de recursos da PRECE teriam provocado prejuízos aos associados da ordem de R\$ 309 milhões. E ainda haviam indícios também de irregularidades de outros R\$ 24,3 milhões, através de negócios feitos no mercado secundário de títulos públicos com os chamados CVS, entre 2003 e 2005.

As informações constavam do relatório do MP Federal de Brasília, elaborado com base no documento oficial da CPMI dos fundos de pensão para ser encaminhado ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MP/RJ), detalhando as operações realizadas a partir de 2001 no fundo de previdência dos empregados da CEDAE. E de quebra, denunciava o envolvimento de vários diretores da PRECE, responsabilizando-os pelos prejuízos.

O relatório final apontava a PRECE como o fundo de pensão que apresentou maior volume de perdas em operações com títulos públicos entre todos os investigados pela Comissão, totalizando R\$ 35,4 milhões em valores nominais.

Fotos de Arquivo



O relatório final da CPMI dos Correios apontou a PRECE como o fundo de pensão que apresentou maior volume de perdas em operações com títulos públicos entre todos os investigados pela Comissão, totalizando R\$ 35,4 milhões em valores nominais



PRESTANDO CONTAS

Dívida com a Light

Um curto-circuito no modelo de gestão da CEDAE

Adívida acumulada da CEDAE com a Light gerou um outro impasse na gestão da Companhia, apontando novamente para a necessidade urgente de se reestruturar a empresa, como defendia a ASEAC, que rapidamente se mobilizou para cobrar soluções da empresa, já que a energia elétrica é um dos principais itens no processo de produção de água tratada.

Utilizando sua prerrogativa de acionista minoritário da CEDAE, a ASEAC formalizou à direção da empresa, através de seu conselheiro e representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração da CEDAE, Dario Mondego, um pedido de informações a respeito da situação da dívida da companhia junto à Light.

A iniciativa decorreu das dificuldades encontradas pela entidade para obter junto à empresa dados precisos sobre o assunto, depois que a imprensa divulgou notícias dando conta de que a Light estaria cobrando na Justiça uma dívida acumulada da CEDAE no valor de R\$ 130 milhões (Hoje supera os R\$ 200 milhões), além de contas mensais de cerca de R\$ 11 milhões, que também não estariam sendo pagas.


Espelho da crise

O mais estranho é que o orçamento da CEDAE previa, para o ano de 2004, recursos da ordem de R\$ 243,7

milhões, compromissados e empenhados para arcar com as despesas de energia elétrica, um dos itens mais importantes na composição de custo do tratamento da água fornecida à população do Estado.

No final de 2004, a Justiça deu ganho de causa à Light, oficiando o Estado, a prefeitura e a própria CEDAE sobre a possibilidade de corte no fornecimento de energia, que poderia afetar o sistema de abastecimento à população, conforme denunciou a ASEAC. A Light invocava também a Lei de Responsabilidade

Fiscal para os administradores da Companhia.

Diante das negativas da CEDAE em esclarecer a situação aos técnicos, o Jornal da ASEAC entrevistou a superintendente de Comunicação da Light, Cristina Calmon, que não apenas confirmou a dívida e o seu ajuizamento, como também o fato de que nos dois anos anteriores a CEDAE havia pago apenas 2% do total da dívida mensal de R\$ 11 milhões, inclusive as contas dos sistemas mais importantes da empresa, como o Guandu/Lameirão e Laranjal. 

Dívidas da CEDAE com a Light levaram a ASEAC a cobrar soluções da direção da Empresa para evitar um conflito que chegou a ameaçar o abastecimento



Fotos de Arquivo

União e resistência contra a cisão

Papel fundamental teve também a ASEAC, em meados de maio de 2005, na mobilização que pôs fim à tentativa de cisão da CEDAE em seis empresas – uma de produção de água e tratamento de esgotos e cinco destinadas a distribuir água e coletar esgotos sanitários. Numa demonstração de unidade, liderados pela ASEAC e as demais entidades do Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE, os empregados da CEDAE deram uma resposta contundente ao projeto do governo do Estado aprovado pelo Conselho de Administração, que propunha o fatiamento da Companhia.

A pressão para tentar fatiar a CEDAE já vinha ocorrendo desde a gestão do ex-presidente Aluísio Meyer, quando foi iniciada a discussão em torno do Acordo Coletivo da categoria para 2005, provocando a imediata reação dos trabalhadores. O movimento de resistência se acentuou no Ato Público do dia 11/04/05, convocado pelo Movimento em Defesa da CEDAE, em frente ao prédio da Sacadura Cabral, depois que o Conselho de Administração convocou uma reunião para o dia 18 de maio, destinada a votar proposta de realização de estudos para a cisão da CEDAE.

Em 17 de maio, uma assembléia geral da categoria decidiu então pela paralisação no dia da reunião e promoveu uma grande manifestação, que culminou com uma passeata até a sede administrativa do

governo do Estado, no prédio conhecido como “Banerjão”, na rua da Ajuda, no centro da cidade, onde o Conselho de Administração deveria se reunir. Depois, rumaram para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), para informar e cobrar compromisso dos parlamentares com a CEDAE pública.

Contudo, o golpe foi ainda mais violento do que a ameaça: em vez de estudos, o presidente do Conselho mudou a pauta do encontro, aprovando a cisão definitiva da empresa, cuja proposta teria de ser ratificada em assembléia geral de acionistas, marcada para o dia 12 de julho seguinte, e depois submetida à ALERJ. Os trabalhadores reagiram, solicitando à ALERJ a convocação de uma CPI para investigar a proposta de cisão e a situação da empresa, mergulhada em um déficit crescente, embora tivesse recebido aportes de recursos significativos desde o início do atual governo.

Mesmo depois que a governadora determinou que fossem realizados estudos para modernizar a CEDAE, comprometendo-se, através da ALERJ, que no seu governo a CEDAE não sofreria processo de cisão e muito menos de privatização, as pressões voltaram.

O desfecho do episódio só viria a ocorrer em junho seguinte, com a decisão anunciada pelo ex-governador, restabelecendo a hierarquia no governo e suspendendo a cisão da Companhia. A decisão do ex-governador foi confirmada através da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), pelo documento datado de 09/06/05, assinado pelo presidente da Casa, Jorge Picciani, pelo líder do governo, deputado Noel de Carvalho, e pelo líder do PMDB, deputado Paulo Melo. No documento, os três garantiram que a governadora, durante a sua gestão, havia se comprometido a manter a CEDAE pública e fora do processo de cisão.



ASEAC atenta à implantação do COMPERJ

Outra contribuição importante da atual diretoria da ASEAC para o setor de saneamento envolveu o anúncio, pela Petrobrás, da implantação do novo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), na região de Itaboraí e São Gonçalo, que vai demandar cerca de 3m³/seg de água, numa área hoje absolutamente carente de recursos hídricos.

A preocupação dos técnicos sanitaristas de que a instalação do Complexo pudesse afetar o abastecimento à população local foi expressa pelo próprio presidente da ASEAC, Flávio Guedes,


através de um artigo publicado na edição de maio/junho de 2006 do jornal da entidade. Com o título “Uma refinaria no caminho”, o texto alertava para o fato de ser “notório e de conhecimento público a fragilidade e agonia da bacia hidrográfica para onde está prevista a instalação/construção da refinaria de Itaboraí e de empresas periféricas – um formidável e necessário investimento de R\$ 13,0 bilhões (US\$ 6,5 bilhões) – composta pelos rios Macacu, Guapi-açu e pelo falecido rio Caceribu”.

Para o engenheiro, a fragilidade e agonia da referida bacia hidrográfica têm reflexos diretos na qualidade e na

quantidade da água que chega à captação da CEDAE para o abastecimento público de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Paquetá, via complexo de Imunana-Laranjal (captação/elevatória de Imunana e estação de tratamento de água de Laranjal), hoje com capacidade nominal para tratar 7,0m³/seg. “Volume este que, em épocas de escassez de chuvas, é menor que a demanda necessária para a população, provocando ainda, em função da menor vazão dos rios, a concentração das substâncias contaminantes, naturais ou não, o que potencializa os problemas e dificuldades nos processos de tratamento da

PRESTANDO CONTAS

água, não só na ETA de Laranjal, mas em qualquer ETA do mundo”. O trabalho propunha a busca de uma solução alternativa para não comprometer o importante investimento da Petrobras, mas também preservar a qualidade do abastecimento à população.

Cerca de 30 dias após, durante reunião no CREA, a própria ASEAC apresentava a solução, através de um rápido estudo do diretor da entidade, Maurício Abramant, que sugeria o uso misto de água potável e de reúso no Complexo Petroquímico de Itaboraí/São Gonçalo. A idéia foi levada ao Comitê de Gestão da Baía de Guanabara para que este pudesse sugerir sua inclusão no projeto da Petrobras. 



Embora importante para o RJ, o Comperj vai demandar muita água em uma região carente desses recursos

Plano de reestruturação: A CEDAE é viável!

Para coroar sua gestão, a atual diretoria da ASEAC elaborou, pouco antes das últimas eleições, um estudo propondo a adoção pela CEDAE de um novo modelo de gestão descentralizada como solução para dinamizar as ações e reorganizar a Companhia, nas áreas administrativa e operacional.


O novo modelo é baseado em experiências bem sucedidas de outras companhias de saneamento do país e tem por objetivo desenvolver mecanismos que possam ajudar a empresa a se fortalecer, econômica e operacionalmente, conquistando mais autonomia para ganhar modernidade e cumprir sua missão social. Na essência, o estudo sugere a regionalização da gestão, através da criação de unidades de negócio com a participação do Estado, municípios e sociedade civil.

O trabalho, desenvolvido por um grupo de técnicos da própria Companhia, traça uma série de metas e estratégias, a partir dos dados disponíveis sobre a situação operacional, administrativa e econômica da CEDAE, mostrando que a Companhia é perfeitamente viável e dispõe ainda de muito potencial de crescimento.

A proposta dos técnicos parte de uma visão de longo prazo para a CEDAE, com base no consenso geral na empresa de que o atual modelo de ad-

ministração está esgotado. Entre outras coisas, o modelo sugere medidas destinadas a superar os obstáculos que vêm impedindo a Companhia de se adequar às novas exigências econômicas e sociais e atingir os objetivos de atender às crescentes demandas da sociedade. Entre esses obstáculos, os técnicos citam “interferências políticas externas, além da própria estrutura interna – antiquada e inadequada – o pequeno espaço dado às prefeituras nas decisões da empresa e a reduzida renovação de seus quadros técnicos”.

“A reestruturação da CEDAE é

medida urgente e inadiável”, afirmam os responsáveis pelo projeto, que estão convencidos de que o processo de reestruturação da empresa deve ser orientado por um projeto transparente, que reflita os interesses dos usuários de seus serviços, estruturado por um modelo de gestão pública eficiente e ética, com índices de desempenho iguais ou superiores aos das outras empresas do setor, sendo fundamental a participação das prefeituras, que são parceiras dos serviços locais. Por isso, defendem que “uma gestão deste nível só é possível se for de Estado e não de Governo”. 

Fim de Gestão

UM FECHO COM CHAVE DE OURO

Vagner Victer, presidente indicado pelo novo governador do Estado, Sérgio Cabral, para gerir a CEDAE, tem conquistado a simpatia de todos e despertado esperanças nos cedaeanos que se viram privatizados e a maioria sem emprego, durante a tentativa de cisão da empresa, no início de 2005 (que demitia 69% do quadro funcional).

No último dia 21 de novembro, Wagner Victer recebeu os representantes do Movimento em Defesa da CEDAE/CAC/PRECE, no Clube de Engenharia, e demonstrou intenções

sinceras de recuperar a CEDAE, a PRECE e até mesmo a CAC. Com a certeza de que nossa Empresa é totalmente viável, o presidente indicado declarou na quarta-feira seguinte (22 de novembro), quando entregou à CEDAE, no Teatro Municipal-RJ, o Prêmio Qualidade Rio-2006/Bronze, que no próximo ano estará ali, não entregando e sim recebendo pela CEDAE o Prêmio Ouro de Qualidade-2007. E a galera veio ao delírio. Assim, fica explicado o tema Festa de Final de Ano da ASEAC: “Festa da Esperança”.